(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras) Índice

Rela	atório da Administração	3
Rela	atório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Bala	anço Patrimonial	13
Der	monstração de Resultado	14
Der	monstração de Resultados Abrangentes	15
Der	monstração das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Der	monstração dos Fluxos de Caixa	17
Der	monstração do Valor Adicionado	18
Not	tas Explicativas	19
1.	A companhia e suas operações	19
2.	Base de apresentação	19
3.	Práticas contábeis materiais	20
4.	Estimativas e julgamentos relevantes	20
5.	Novas normas e interpretações	21
6.	Contas a receber	23
7.	Arrendamentos	24
8.	Financiamentos	25
9.	Partes relacionadas	26
10.	Tributos	28
11.	Benefícios a empregados	31
12.	Patrimônio líquido	38
13.	Receita de arrendamento	41
14.	Despesas por natureza	42
15.	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	42
16.	Resultado financeiro líquido	42
17.	Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	43
18.	Processos judiciais e contingências	43
19.	Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	45
Con	nselho de Administração e Diretoria Evecutiva	//8



TERMOBAHIA S.A. CNPJ 02.707.630/0001-26 NIRE: 29.300.025.542

Relatório da Administração 2023

Cumprindo os preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Termobahia S.A. (Termobahia) relativas ao exercício de 2023, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

MENSAGEM DA DIRETORIA

É com muito orgulho que compartilhamos aqui os resultados de 2023 da Termobahia. Eles sintetizam a superação de desafios, com escolhas estratégicas consistentes com foco na geração de valor e otimização de recursos.

A Termobahia S.A. é uma sociedade controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, e proprietária da Usina Termelétrica Termobahia (UTE Termobahia), localizada no Município de São Francisco do Conde, no Estado da Bahia, movida a gás natural, com capacidade para produção de 185,89 MW de energia elétrica e de 396 toneladas de vapor por hora.

A composição acionária da Termobahia é distribuída em 98,85% de participação da PETROBRAS e de 1,15% de participação da Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social.

A empresa alcançou em 2023 um excelente resultado financeiro, com destaque para o atingimento das nossas métricas de topo do Plano Estratégico. Esse fato é de suma importância sob a ótica de geração de valor para nossa Acionista.

Também alcançamos em 2023 um fluxo de caixa operacional de R\$ 99.507 mil, resultado que muito contribui para o cumprimento das nossas metas corporativas.

Além disso, os resultados alcançados pela Termobahia em 2023 permitiram o pagamento de dividendos intermediários em 28 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 274.803 mil às acionistas Petrobras e Petros, conforme as respectivas participações acionárias, conforme a deliberação do Conselho de Administração de 21 de dezembro de 2023.

Tendo em vista a geração de caixa e o resultado auferido, a Diretoria Executiva da Termobahia está propondo o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação em Assembleia Geral de Acionistas a distribuição de R\$ 167.776 mil em dividendos adicionais, com previsão de quitação no exercício de 2024.

ASG - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA



As boas práticas de governança corporativa e integridade constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Assim, assumimos compromissos em nossa estratégia com base nas boas práticas adotadas pela controladora Petrobras, que se traduzem em assegurar um modelo de governança que permita o equilíbrio entre eficiência e controle; e atuar de forma íntegra e transparente, com tolerância zero à fraude e à corrupção.

Nossa estratégia inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, cuja intenção é o olhar cuidadoso que temos com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações, vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa empresa e considerados em todas as nossas decisões.

Buscamos continuamente avanços de governança corporativa e nos sistemas de integridade, compliance e controles internos da Termobahia. E adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforçam nosso propósito, valores e compromisso.

Temos como propósito prover energia que assegure a prosperidade de forma ética e segura e competitiva. Para isso, o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, a ética e transparência são nossos valores, assim como a orientação ao mercado, resultados, superação e confiança.

Nesse sentido, as temáticas sociais e de governança são determinantes para nossos negócios, pois entendemos que a geração de valor não vem apenas da gestão do ativo, mas da forma de fazê-la.

Todos estes aspectos reforçam a importância dos nossos pilares estratégicos, que trazem robustez e segurança nas estratégias adotadas. Assim, continuaremos atuando com alta produtividade, otimização de custos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a Acionista Petrobras e para a sociedade.

Todas as nossas conquistas ao longo de 2023 são resultado de muito afinco e trabalho árduo e elas seriam impossíveis sem o pleno empenho e dedicação de nossos colaboradores.

Continuaremos atuando com disciplina de capital para geração de valor. Gostaríamos de destacar, nosso reconhecimento à Acionista e controladora Petrobras pelo importante papel e contínuo apoio à execução da nossa estratégia.

Convidamos todos vocês a conhecer as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 da Termobahia.

ASPECTOS OPERACIONAIS



O atual modelo de negócios da Termobahia consiste na locação de seu ativo de geração de energia elétrica, a UTE Termobahia, para a Petrobras.

Em 02 de março de 2010, a ANEEL autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.290, publicada no Diário Oficial da União em 12 de março de 2010, a transferência da outorga de Produtor Independente de Energia (PIE) da Termobahia S.A. para a Petrobras.

Em 01 de abril de 2013, a Termobahia celebrou o Contrato de Locação e Outras Avenças com a Petrobras, cujo objeto é a locação da UTE Termobahia, a qual a Companhia se configura como arrendadora, cabendo à Petrobras a responsabilidade de operação, manutenção e a comercialização de energia.

Conforme disposto no plano estratégico da Termobahia, em 05 de setembro de 2023, foi assinado aditivo de prazo de 1.825 dias, sendo fixada a nova vigência em 15 de setembro de 2028, mantendo as condições contratuais existentes. A relação contratual estabelecida no Contrato de Locação possui a característica de arrendamento mercantil financeiro, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil.

ASPECTOS COMERCIAIS

Conforme estabelecido no Contrato de Locação e Outras Avenças, compete à Petrobras a operação e manutenção da UTE Termobahia, às suas expensas, além da receita de venda de energia perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, referente ao período em que a Petrobras detiver o direito sobre a energia gerada pela usina, conforme previsão no referido Contrato.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Em 2023, a Termobahia registrou o Lucro Líquido de R\$ 442.820 mil, frente ao resultado de R\$ 54.473 mil auferido no exercício de 2022.

O aumento do resultado em 2023 decorre, principalmente, do aditivo do Contrato de locação da UTE Termobahia celebrado em 05 de setembro de 2023, cujo valor presente líquido calculado foi de R\$ 610.000 mil.

A seguir, serão apresentados os comentários sobre as principais variações ocorridas no exercício de 2023.

Lucro Bruto

O aumento de R\$ 604.023 no exercício de 2023, em relação ao exercício de 2022, decorre da maior receita de arrendamento, reflexo da renovação contratual da planta termoelétrica com a sua controladora no valor de R\$ 610.000 mil.



A Termobahia reconhece a receita do fluxo de recebíveis do Contrato de Locação celerado com a Petrobras como resultado financeiro, conforme IFRS 16 (CPC 06/R2). O contrato de aluguel da Termoelétrica é a atividade exclusiva da companhia, e, para fins de divulgação, os rendimentos sobre o arrendamento são apresentados no grupo de receita operacional.

A prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Locação para setembro de 2028 não modificou, na sua essência econômica, a relação contratual, sendo mantida a característica de arrendamento mercantil financeiro, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil.

Despesas Gerais e Administrativas

O saldo de Despesas Gerais e Administrativas encerrou o exercício de 2023 em R\$ 7.383 mil, sendo a variação observada, em relação ao exercício anterior (R\$ 7.070 mil), decorrente principalmente dos reajustes contratuais, sendo que a Termobahia não assumiu novas despesas em 2023

Despesas Tributárias

Em 31 de dezembro de 2023, foi apurado o saldo de R\$ 1.923 mil em Despesas Tributárias, R\$ 919 mil inferior em relação ao apurado em 31 de dezembro de 2022, decorrente da menor base tributável de PIS e Cofins sobre receitas financeiras, relativas aos menores recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) junto ao Banco do Brasil, reflexo da redução do capital social, em dezembro de 2022.

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas

O saldo de Outras Receitas Líquidas encerrou o ano de 2023 no valor de R\$ 188 mil, R\$ 575 mil inferior ao apurado no exercício de 2022, devido, principalmente, às despesas de contingências judiciais.

Resultado Financeiro Líquido

Quando analisamos as receitas financeiras em 2023 registradas com o saldo de R\$ 38.491 mil, auferimos uma redução do resultado em comparação ao exercício de 2022. Isso se deve ao menor rendimento com aplicação financeira, reflexo, principalmente, da redução do saldo aplicado, devido à redução de capital às acionistas.

Destaca-se que, m 15 de setembro de 2023, a Termobahia quitou a última parcela das debêntures, ocorrendo a respectiva extinção da Escritura Particular da 1ª



emissão em 08 de janeiro de 2003, subscritas pela Petros, ocasionando a redução dos encargos financeiros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O aumento de R\$ 201.214 no exercício de 2023, em relação ao exercício de 2022, decorre da maior base tributável diferida, em função do aditivo contratual do arrendamento, cuja realização fiscal ocorrerá mediante aos recebimentos mensais das parcelas.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Nossa Política de Remuneração aos Acionistas tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), de maneira transparente e de acordo com as normas legais, estatutárias e demais regulamentos internos, buscando garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto e médio prazos e promover a previsibilidade do fluxo de pagamentos de proventos aos acionistas.

Como previsto na Política, a decisão de distribuição de dividendos e/ou demais proventos do exercício social de 2023, levou em consideração diversos fatores e variáveis, tais como os nossos resultados, condição financeira, necessidades de caixa, além das perspectivas futuras.

Considerando o Lucro Líquido apurado em 31 de dezembro de 2023 e a Reserva Legal ter atingido ao limite de 20% do capital social, conforme Lei nº 6.404/76, o saldo a destinar do resultado do exercício de 2023 é de R\$ 442.820 mil.

É importante destacar que, diante do resultado previsto para 2023, o Conselho de Administração deliberou pela aprovação do pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$ 274.803 mil, atualizados monetariamente, cujo pagamento foi quitado junto às acionistas em 28 de dezembro de 2023.

Diante disso, está sendo encaminhada para a apreciação do Conselho de Administração para posterior deliberação em Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2024 a proposta de pagamento de remuneração as nossas acionistas, em forma de dividendos adicionais, no montante de R\$ 167.776 mil.

A Política de Remuneração aos Acionistas pode ser acessada pela internet em nosso site https://www.petrobras.com.br/quem-somos/participacoes-societarias.



VISÃO, PROPRÓSITO, VALORES E DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

Nossa visão representa uma síntese do nosso compromisso com as pessoas, a sociedade, nossos parceiros e acionista.

Nossa Missão e propósito

Manter e administrar a locação da Usina Termelétrica Termobahia, assegurando crescimento de forma ética, justa, segura e competitiva.

Nossa Visão e valores.

Ser uma empresa diversificada e integrada de locação de ativo de energia elétrica e vapor para a geração de valor, conciliando o foco em ética e transparência, sustentabilidade e resultados, segurança, respeito ao meio ambiente e atenção total às pessoas.

GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

A gestão de riscos representa uma peça importante para o atingimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico da empresa, pois busca identificar, medir e desdobrar ações de resposta aos riscos de forma a mitigar seus eventos e efeitos, aumentando a chance de sucesso na realização do nosso planejamento.

Anualmente, levando em consideração a matriz de riscos corporativos da Termobahia e a estratégia da empresa, são definidos aqueles riscos que devem ser reportados prioritariamente à Administração, passando a ser conhecidos como "Riscos Estratégicos". A seleção dos Riscos Estratégicos é realizada levando em consideração sua importância para a implementação do Plano Estratégico da empresa, sua abrangência, seu grau de severidade e/ou recursos demandados para seu tratamento.

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Programa Compromisso com a Vida

O Programa Compromisso com a Vida, cuja adoção do primeiro ciclo desdobrado pela controladora Petrobras ocorreu em outubro de 2016. É composto por modelos estruturantes definidos com base na análise crítica da gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), com referência nas melhores práticas desdobradas pela Petrobras às suas participações societárias, buscando o fortalecimento da nossa visão e valores, tendo como base os seguintes princípios:



- o SMS como valor,
- Respeito à Vida,
- Gestão Baseada em Risco,
- Excelência e Transparência no Desempenho.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Termobahia possui a Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

- Conselho de Administração;
- Diretoria Executiva;
- Conselho Fiscal com funcionamento permanente;
- o Comitê de Auditoria Estatutário compartilhado com a controladora; e
- Comitê de Elegibilidade compartilhado com a controladora.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em 2022, foi celebrado o contrato com a empresa KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela prestação de serviços de auditoria independente nos exercícios sociais de 2022 a 2024.

Os serviços prestados pelos nossos auditores são analisados e aprovados pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras - CAECO. Os Auditores Independentes confirmam anualmente por escrito sua independência ao CAECO.

AGRADECIMENTOS

Nós registramos os nossos agradecimentos e reconhecimento aos nossos colaboradores, conselheiros de administração, acionistas, conselheiros fiscais e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2023.

São Francisco do Conde/BA, 3 de março de 2024.

Aline Dias Leonardi
Aline Dias Leonardi
Aline Dias Leonardi

Aline Dias Leonardi Presidente Marcelo Ferreira Pelegrini

Marcelo Ferreira Pelegrini (11 de marco de 2024 08:17 ADT)

Marcelo Ferreira Pelegrini Diretor Administrativo



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Termobahia S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termobahia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termobahia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com o acionista controlador

Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade Contador CRC RJ-085312/O-6

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores		1.111	901
Contas a receber, líquidas	6.1	159.636	121.848	Financiamentos	8	-	18.632
Contas a receber – FIDC	6.2	96.486	278.274	Imposto de renda e contribuição social	10.1	3.145	911
Imposto de renda e contribuição social	10.1	-	1.076	Impostos e contribuições	10.2	457	295
Impostos e contribuições	10.2	570	540	Benefícios a empregados	11.1	2.864	2.713
Adiantamento a fornecedor		295	295	Outros passivos		2	19
Ativo circulante		256.988	402.034	Passivo circulante		7.579	23.471
Contas a receber, líquidas	6.1	443.497	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	201.403	31.060
Depósitos judiciais	18.2	477	440	Benefícios a empregados	11.3	13.797	8.198
Impostos e contribuições	10.2	7.879	7.258	Provisão para processos judiciais e administrativos	18.1	17	-
Ativo realizável a longo prazo		451.853	7.698	Outros passivos		5	-
Investimentos		220	220	Passivo não circulante		215.222	39.258
Ativo não circulante		452.073	7.918	Passivo circulante e não circulante		222.801	62.729
				Capital social realizado	12.1	51.752	51.752
				Reservas de lucros	12.4	178.126	35.819
				Transações de capital	12.2	255.516	255.516
				Outros resultados abrangentes	12.7	866	4.136
				Patrimônio líquido		486.260	347.223
Total do ativo		709.061	409.952	Total do passivo		709.061	409.952

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Receita de arrendamento	13	642.720	38.697
Lucro bruto		642.720	38.697
Receitas (Despesas)			
Gerais e administrativas	14.1	(7.383)	(7.070)
Tributárias	14.2	(1.923)	(2.842)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	15	188	763
		(9.118)	(9.149)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		633.602	29.548
Resultado financeiro líquido	16	38.287	52.780
Receitas financeiras		38.491	56.985
Despesas financeiras		(620)	(2.441)
Variações monetárias, líquidas		416	(1.764)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		671.889	82.328
Imposto de renda e contribuição social	10.1	(229.069)	(27.855)
Lucro líquido do exercício		442.820	54.473
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	12.6	8.512,66	1.047,17

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	442.820	54.473
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos (Perdas) atuariais com planos de benefícios definidos (Nota explicativa 11.3)	(3.388)	702
Imposto de renda e contribuição social diferidos	118	(248)
	(3.270)	454
Resultado abrangente total	439.550	54.927

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

			Outros resultados abrangentes	Reser	vas de lucros		
	Capital social realizado	Transações de capital	Ganhos (Perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	311.752	255.516	3.682	9.998	12.172	-	593.120
Redução de capital Dividendos adicionais aprovados	(260.000)	-	-	-	- (12.172)	-	(260.000) (12.172)
Lucro líquido do exercício	_	_	_	_	(12.172)	54.473	54.473
Outros resultados abrangentes	-	-	454	-	-	-	454
Destinações:							
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	-	352	-	(352)	-
Dividendos	-	-	-	-	25.469	(54.121)	(28.652)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	51.752	255.516	4.136	10.350	25.469	-	347.223
	51.752	255.516	4.136		35.819	-	347.223
Saldos em 1º de janeiro de 2023	51.752	255.516	4.136	10.350	25.469	-	347.223
Dividendos adicionais aprovados (NE 12.5)	-	-	-	-	(25.469)	-	(25.469)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	442.820	442.820
Outros resultados abrangentes (NE 12.7)	-	-	(3.270)	-	-	-	(3.270)
Destinações:							
Dividendos	-	-	-	-	167.776	(442.820)	(275.044)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	51.752	255.516	866	10.350	167.776	-	486.260
	51.752	255.516	866		178.126	-	486.260

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		442.820	54.473
Ajustes para:			
Resultado atuarial de planos de pensão e saúde		2.211	1.889
Receita de arrendamento	13	(642.720)	(38.697)
Variações monetárias e encargos financeiros	16	196	4.152
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	16	(38.483)	(56.932)
Imposto de renda e contribuição social	10.1	229.069	27.855
Provisão para processos judiciais e administrativos	18.1	17	-
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber		(1.536)	421
Contas a receber - Arrendamento	7	162.971	152.720
Outros ativos		8	(295)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		112	772
Impostos e contribuições		(17.456)	(6.259)
Outros passivos		139	314
Imposto de renda e contribuição social pagos		(37.841)	(39.479)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		99.507	100.934
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições em investimentos			
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros		220.271	225.808
Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos		220.271	225.808
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Redução do capital social		-	(260.000)
Financiamentos, líquidos:			
Amortizações de principal	8.1	(18.071)	(22.149)
Amortizações de juros (*)	8.1	(613)	(3.306)
Dividendos pagos ao acionista controlador	12.5	(297.618)	(40.811)
Dividendos pagos ao acionista não controlador	12.5	(3.476)	(476)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		(319.778)	(326.742)
Variação de caixa e equivalentes de caixa no exercício		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1	1
(*) A companhia classifica juros pagos como fluvo de caiva das atividades de financiamento			

^(*) A companhia classifica juros pagos como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.069)	(2.591)
Valor consumido líquido pela companhia	(3.069)	(2.591)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita de arrendamento	642.720	38.697
Receitas financeiras e variações monetárias	39.963	58.037
	682.683	96.734
Valor adicionado total a distribuir	679.614	94.143
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	2.199	2.235
Participação nos lucros ou resultados	340	61
Remuneração variável	121	222
	2.660	2.518
Benefícios		
Vantagens	183	197
Plano de aposentadoria e pensão	42	58
Plano de saúde	645	413
	870	668
FGTS	197	116
	3.727	3.302
Tributos		
Federais	231.270	30.985
Estaduais	8	19
Municipais	113	107
	231.391	31.111
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	1.676	5.257
	1.676	5.257
Acionistas		
Dividendos	275.044	28.652
Lucros retidos	167.776	25.821
	442.820	54.473
Valor adicionado total distribuído	679.614	94.143

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A Termobahia S.A. ("companhia"), controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, foi constituída em 22 de outubro de 1998 e iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, tendo como objeto social a produção, comercialização, aquisição, exportação e importação de energia elétrica e vapor, observando os termos e condições previstas na legislação aplicável.

A Termobahia é proprietária da Usina Termelétrica Termobahia (UTE-TBA), cujo ativo é utilizado, exclusivamente, na produção de energia elétrica e vapor de alta pressão. O projeto de cogeração (produção de energia elétrica e vapor) foi construído ao lado da Refinaria de Mataripe S.A., e tem capacidade de produção de 185,89 megawatts de energia elétrica e possibilidade de exportação para Refinaria de até 396 toneladas por hora de vapor de alta pressão.

A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Contrato de Locação da Usina

Em 1º de abril de 2013, a companhia celebrou Contrato de Locação de sua Usina Termelétrica pelo prazo de 3.820 dias, com vencimento em 15 de setembro de 2023, com sua controladora. Em 05 de setembro de 2023 foi assinado aditivo de prazo para um período complementar de 1.825 dias, sendo fixado novo vencimento em 15 de setembro de 2028, mantendo as condições contratuais existentes.

A extensão de prazo não modificou, na sua essência econômica, a relação contratual, sendo mantida a característica de arrendamento mercantil financeiro, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) — Operações de Arrendamento Mercantil.

2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 08 de março de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.1. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3. Práticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações sobre as estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas. Dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

4.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres de seus assessores jurídicos, e nos julgamentos da Administração.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 18.

4.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa 10.1.

4.4. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.5. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer situações em que as interpretações das autoridades fiscais divirjam do entendimento da companhia.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado.

A companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

5. Novas normas e interpretações

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

A companhia é regida pelos regramentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. Os principais normativos emitidos pelo IASB, mas que ainda não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2023 são:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1	As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
	Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas covenants cujo cumprimento é obrigatório em até 12 meses após a data de reporte.	
Supplier Finance Arrangements - Amendments to IAS 7 and IFRS 7	As emendas estabelecem as características dos acordos de financiamento envolvendo fornecedores e, que devem ser divulgadas determinadas informações relacionadas a tais acordos de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas.
Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21	A emendas estabelecem que quando uma moeda não for permutável por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a permutabilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da permutabilidade.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.
	Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é permutável por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não permutável por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa.	

Em relação aos normativos listados acima, de acordo com as avaliações realizadas, a companhia estima que não há impactos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23	Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants (Amendments to IAS 1) Lease Liability in a Sale and Leaseback (Amendments to IFRS 16)	1º de janeiro de 2024
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24	Supplier Finance Arrangements (Amendments to IAS 7 and IFRS 7)	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

	31.12.2023	31.12.2022
Recebíveis		_
Partes relacionadas		
Arrendamentos (nota explicativa 7)	598.777	119.028
Subtotal	598.777	119.028
Outras contas a receber		
Terceiros	125	-
Partes relacionadas (nota explicativa 9)	4.231	2.820
Subtotal	4.356	2.820
Total do contas a receber	603.133	121.848
Circulante	159.636	121.848
Não circulante	443.497	

Não existem títulos vencidos em 31 de dezembro de 2023.

6.2. Contas a receber – FIDC

	31.12.2023	31.12.2022
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	96.486	278.274
Total	96.486	278.274

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas.

Prática contábil

As contas a receber são classificadas como ao custo amortizado.

A companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, e constitui um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber, descontados pela taxa interna de retorno - TIR.

A companhia mantém aplicação dos recursos no FIDC-NP, que é tratada como "recebíveis" considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões.

A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Em geral, para os demais recebíveis, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de trinta dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando as contas a receber possuírem baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

7. Arrendamentos

A movimentação do contrato de arrendamento reconhecido como ativo está demonstrada a seguir:

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	119.028
Remensuração	3.698
Aditivo Contratual	610.000
Recebimento de principal e rendimentos	(162.971)
Rendimentos no exercício	29.022
Saldo em 31 de dezembro de 2023	598.777
Circulante	155.280
Não Circulante	443.497

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	233.051
Remensuração	16.289
Recebimento de principal e rendimentos	(152.720)
Rendimentos no exercício	22.408
Saldo em 31 de dezembro de 2022	119.028
Circulante	119.028

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O arrendamento mercantil financeiro é representado pelo contrato de locação da UTE Termobahia, com parcelas vencíveis mensalmente, corrigido pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA (nota explicativa 1).

Os recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro estão detalhados a seguir:

			Recebimentos
		Rendimentos	
Compromissos Estimados	Valor Futuro	Anuais	Valor Presente
2024	165.422	(67.448)	97.974
2025	165.422	(54.611)	110.811
2026	165.422	(40.326)	125.096
2027	165.422	(24.201)	141.221
2028	130.040	(6.365)	123.675
Em 31 de dezembro de 2023	791.728	(192.951)	598.777
Circulante			155.280
Não circulante			443.497
Em 31 de dezembro de 2023			598.777
Circulante			119.028
Em 31 de dezembro de 2022			119.028

Prática contábil

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Os rendimentos, classificados como receita de arrendamento, são apropriados ao resultado ao longo do prazo de contrato, com base na taxa de desconto que ajustou o recebível ao valor presente.

Recebimentos contingentes são reconhecidos como receitas quando incorridos.

8. Financiamentos

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros

Financiamentos em Reais

Conforme escritura particular da primeira emissão de 8 de janeiro de 2003, a companhia procedeu à emissão de 550.000 debêntures, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, com valor nominal unitário de R\$ 100, perfazendo montante de R\$ 55.000. As debêntures fazem jus a remuneração, a partir da data de subscrição, baseada no IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescida de uma taxa de juros de 15,34% a.a. até 29 de setembro de 2008, e 8% a.a. a partir de 30 de setembro de 2008, sendo amortizadas em 237 (duzentas e trinta e sete) parcelas, mensais, variáveis e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 15 de janeiro de 2004. Do total da emissão, foram subscritas pela Petros 480.562 debêntures.

Em 15 de setembro de 2023 foi liquidada a última parcela das debêntures, ocorrendo a respectiva extinção das mesmas.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8.1. Movimentação

	Debêntures
No país:	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.632
Amortização de Principal	(18.071)
Amortização de Juros	(613)
Juros e variações monetárias	52
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	-

	Debêntures
No país:	
Saldo em 31 dezembro de 2021	39.406
Amortização de Principal	(22.149)
Amortização de Juros	(3.306)
Juros e variações monetárias	4.681
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	18.632
Circulante	18.632

9. Partes relacionadas

A companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos eram compostos como seguem:

9.1. Transações comerciais e outras operações

		31.12.2023				31.12.2		31.12.2022
	Petrobras	Petros	APS	FIDC-NP	Total	Total		
Ativo								
Contas a receber								
Contas a receber - FIDC (nota explicativa 6.2)	-	-	-	96.486	96.486	278.274		
Arrendamento (nota explicativa 7)	598.777	-	-	-	598.777	119.028		
Pessoal cedido	2.826	-	-	-	2.826	1.414		
Outras operações	1.405	-	-	-	1.405	1.406		
Adiantamento a fornecedor	-	-	295	-	295	295		
Investimentos (i)	-	-	220	-	220	220		
Circulante	159.511	-	295	96.486	256.292	400.417		
Não circulante	443.497	-	220	-	443.717	220		
Total	603.008	-	515	96.486	700.009	400.637		

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

				31	1.12.2023	31.12.2022
	Petrobras	Petros	APS	FIDC-NP	Total	Total
Passivo						
Fornecedores						
Repasse de gastos	51	-	-	-	51	736
Compartilhamento de custos e despesas (ii)	476	-	-	-	476	-
Outras operações	-	-	323	-	323	-
Financiamentos (nota explicativa 8)	-	-	-	-	-	18.632
Plano de pensão (nota explicativa 11.3)	-	1.779	-	-	1.779	1.337
Plano de saúde (nota explicativa 11.3)	-	-	12.151	-	12.151	6.861
Circulante	527	133	323	-	983	19.368
Não circulante	-	1.646	12.151	-	13.797	8.198
Total	527	1.779	12.474	-	14.780	27.566

					2023	2022
	Petrobras	Petros	APS	FIDC-NP	Total	Total
Resultado						
Receita de arrendamento (nota explicativa 13)	642.720	-	-	-	642.720	38.697
Receita (despesas) operacionais líquidas	(2.219)	(1.070)	(2.249)	-	(5.538)	(4.436)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-	(522)	-	38.483	37.961	54.574
Variações monetárias líquidas	(815)	471	-	-	(344)	(2.787)
Total	639.686	(1.121)	(2.249)	38.483	674.799	86.048

⁽i) Mediante convênios celebrados entre as patrocinadoras e a Associação Petrobras de Saúde (APS), foram realizadas transferências de recursos financeiros, até dezembro de 2021, para formação do capital regulatório estabelecido pela Agência Nacional de Saúde (ANS), com o objetivo de garantir a cobertura aos seus beneficiários.

9.2. Membros chave da administração e empregados

Remuneração

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Termobahia, bem como a legislação específica, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações mensais dos empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos exercícios de 2023 e 2022 foram as seguintes:

		Expresso em reais
Remuneração do empregado	2023	2022
Menor remuneração	8.798	7.839
Remuneração média	16.503	15.532
Maior remuneração	47.187	37.863
Quantidade de empregados (i)	41	42

⁽i) inclui pessoal cedido

⁽ii) Parcela expressiva dos processos administrativos da companhia, tais como Contabilidade, Tributos, Finanças, RH, SMS, Regulatório, dentre outros, são conduzidos no âmbito da controladora (Petrobras), suportados através de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas. Em virtude dessa sistemática de trabalho, a estrutura de pessoal administrativo da Termobahia apresenta uma dimensão reduzida.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Na tabela abaixo, apresentamos o valor global dos benefícios oferecidos aos empregados, cedidos e não cedidos, nos exercícios de 2023 e 2022:

Benefícios aos empregados	2023	2022
Assistências médica e odontológica	489	455
Auxílios alimentação e refeição	852	578
Auxílio creche	6	5
Abono - Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)	672	-
Programa de Remuneração Variável	1.401	1.354
Participação nos Lucros ou Resultados	691	404
Previdência complementar	1.089	828
Outros	527	311
	5.727	3.935

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração da Termobahia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas a seguir:

	2023	2022	
	Conselho de Administração	Conselho de Administração	
Salários	67	62	
Encargos sociais	13	12	
Número de membros	3	3	
Número de membros remunerados	3	3	

Em 30 de maio de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) fixou a remuneração mensal dos administradores (Conselho de Administração) em R\$ 1.889,33, para o período compreendido entre abril de 2023 e março de 2024.

A remuneração média anual dos membros do Conselho Fiscal da Termobahia, no exercício de 2023, foi de R\$ 22 mil (R\$ 27 mil, considerando os encargos sociais).

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem diretamente verbas remuneratórias da Termobahia S.A, uma vez que a companhia efetua o ressarcimento à controladora Petrobras dos valores de honorários, que são avaliados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e aprovados pelo Conselho de Administração e em Assembleia Geral de Acionistas.

10. Tributos

10.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social correntes	ntribuição social correntes Ativo circulante Pass		ivo circulante	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de renda	-	1.060	1.932	-
Contribuição social	-	16	1.213	911
	-	1.076	3.145	911

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os tributos sobre o lucro no ativo circulante são créditos fiscais resultantes do processo de apuração de IRPJ e CSLL. O passivo circulante é a parcela a pagar da apuração do IRPJ e CSLL corrente.

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Lucro do exercício antes dos impostos	671.889	82.328
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(228.442)	(27.991)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições), líquidas		
Temporárias	(38)	(89)
Permanentes	(602)	(215)
Outros	13	440
Imposto de renda e contribuição social	(229.069)	(27.855)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(170.462)	29.540
Imposto de renda e contribuição social correntes	(58.607)	(57.395)
	(229.069)	(27.855)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	34%	34%

Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

O quadro a seguir demonstra a movimentação nos exercícios:

	2023	2022
Saldo inicial	(31.060)	(60.352)
Reconhecido no resultado	(170.461)	29.540
Reconhecido no patrimônio líquido	118	(248)
Saldo final	(201.403)	(31.060)

O quadro a seguir demonstra a composição e o fundamento para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Natureza	Fundamento para realização	2023	2022
Imobilizado	Depreciação do bem arrendado	-	7.588
Arrendamentos	Recebimento das parcelas mensais	(198.897)	(35.991)
Outros	-	(2.506)	(2.657)
		(201.403)	(31.060)
Impostos diferidos ativos		498	449
Impostos diferidos passivos		(201.901)	(31.509)

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os tributos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas, despesas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL d	liferidos, líquidos
	Ativos	Passivos
2024	498	(42.505)
2025	-	(42.505)
2026	-	(42.505)
2027	-	(42.505)
2028	-	(31.881)
Parcela registrada contabilmente	498	(201.901)
Parcela não registrada contabilmente	1.043	
Total	1.541	(201.901)

Prática contábil

A companhia apura seus tributos sobre o lucro de acordo com a legislação vigente ao final do período que está sendo reportado. Estes tributos são calculados com base no lucro tributável, conforme legislação pertinente, e mensurados pelas alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas esperadas de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.2. Demais impostos e contribuições

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
PIS e COFINS (i)	570	530	7.879	7.258	-	-
Imposto de renda retido na fonte	-	-	-	-	457	294
Outros impostos	-	10	-	-	-	1
	570	540	7.879	7.258	457	295

(i) Em função da omissão da Lei 12.973/2014 quanto ao tratamento a ser dado às receitas financeiras sobre o arrendamento mercantil, a companhia adicionava a sua base de cálculo de PIS e COFINS as referidas receitas. Com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, que esclarece que não serão acrescidos à base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas financeiras oriundas de arrendamento mercantil, a companhia reprocessou a apuração destas contribuições relativas aos períodos de julho de 2015 a abril de 2019 e ingressou com pedido de restituição junto à Delegacia da Receita Federal, cujo saldo residual é mantido no ativo não circulante. Em agosto de 2023, a companhia, visando agilizar o recebimento desses créditos, impetrou ação judicial de Mandado de Segurança para os pedidos sem análise pela autoridade fiscal por mais de 360 dias, sem julgamento até a presente data.

11. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Tais benefícios incluem salários, benefícios pós-emprego, rescisórios e outros benefícios.

Passivo (*)	31.12.2023	31.12.2022
Benefícios de curto prazo	2.864	2.713
Benefícios pós-emprego	13.797	8.198
Total	16.661	10.911
Circulante	2.864	2.713
Não Circulante	13.797	8.198
Total	16.661	10.911

^(*) inclui pessoal cedido

11.1. Benefícios de Curto Prazo

Passivo Circulante (*)	31.12.2023	31.12.2022
Provisão de férias e 13º salário	1.673	1.898
Salários, encargos e outras provisões	766	593
Programa de remuneração variável empregados	101	125
Participação nos lucros ou resultados	324	97
Total	2.864	2.713

^(*) inclui pessoal cedido

A companhia reconheceu na demonstração do resultado os seguintes valores:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Despesas na demonstração de resultado (*)	2023	2022
Salários, férias, 13º salário, encargos sobre provisões e outros	(19.302)	(17.658)
Programa de remuneração variável (i)	(1.401)	(1.354)
Participações nos lucros ou resultados (i)	(691)	(404)
Honorários e encargos de Administradores (nota explicativa 9.2)	(833)	(837)
Total	(22.227)	(20.253)

^(*) inclui pessoal cedido, cujos valores são reembolsados pela sua controladora Petrobras e apresentados pelo líquido na nota explicativa 13 - Outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

11.2. Remuneração variável

Programa de Prêmio por Desempenho - PRD

Em 2023, a companhia realizou o pagamento do programa prêmio por performance – PPP referente ao exercício de 2022 aos empregados no montante de R\$ 1.424, sendo R\$ 144 relacionados aos empregados não cedidos, e R\$ 1.280 relacionados aos empregados cedidos, sendo este último reembolsado pela sua controladora Petrobras, considerando o cumprimento de métricas de desempenho da companhia e desempenho individual de todos os empregados.

Para o exercício de 2023, a companhia revisou o seu programa de remuneração variável, implantando o Programa de Prêmio por Desempenho – PRD. No novo modelo, o PRD é um programa complementar a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e é destinado aos empregados com e sem função gratificada em substituição ao Prêmio por Performance (PPP).

Com o PRD, a companhia pretende reconhecer o esforço e o desempenho individual de cada empregado para o alcance dos resultados da Petrobras. O prêmio de cada empregado, a exemplo dos anos anteriores, segue sendo definido pelo atingimento das métricas de topo e das metas específicas – nota do Gerenciamento de Desempenho (GD) para todos os empregados.

A Termobahia provisionou para PRD, no período de janeiro a dezembro de 2023, R\$ 101 (R\$ 125 no período de janeiro a dezembro de 2022), registrado em outras despesas operacionais.

Participação nos Lucros ou resultados - PLR

Em 2023, a companhia realizou pagamento da PLR aos empregados no montante de R\$ 464, sendo R\$ 113 relacionados aos empregados não cedidos e R\$ 351 aos empregados cedidos, sendo este último reembolsado pela sua controladora Petrobras, considerando o regramento PLR 2021/2022, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Governo Federal, que abrange os empregados que não ocupam funções gratificadas e prevê limites individuais de acordo com a remuneração dos participantes.

Para 2023, o novo programa, cuja previsão de aprovação pelas entidades sindicais é fevereiro de 2024, passa a ser a principal prática de remuneração variável da companhia e é mais relevante em comparação ao PRD em relação ao desembolso previsto.

A companhia propõe que o acordo da PLR tenha vigência de um ano. Para o pagamento da PLR, é preciso que a companhia atinja os seguintes gatilhos: a companhia precisa ter realizado o pagamento de remuneração aos acionistas e ter cumprido pelo menos 80% dos indicadores propostos.

⁽i) inclui complemento/reversão de programas anteriores.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No período de janeiro a dezembro de 2023, a companhia provisionou R\$ 324 referente à participação nos lucros ou resultados do exercício de 2023 dos empregados não cedidos, registrado em outras despesas operacionais. No período de janeiro a dezembro de 2022, a provisão foi de R\$ 97 referente à PLR 2022.

Prática contábil

As provisões dos programas de remuneração variável (PRD e PLR) são reconhecidas ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrentes dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

11.3. Benefícios pós emprego

A companhia mantém um plano de saúde para seus empregados (ativos e aposentados) e seus dependentes e benefícios de pensão pós-aposentadoria.

Os saldos relativos a benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

Passivo	31.12.2023	31.12.2022
Plano de Saúde - Saúde Petrobras	12.151	6.861
Plano de Pensão Petros 2 (PP2)	1.779	1.337
Total	13.930	8.198
Circulante	133	-
Não circulante	13.797	8.198

11.3.1. Natureza e riscos associados aos planos de benefícios definidos

Planos de saúde

O Plano de saúde, nomeado "Saúde Petrobras", é administrado pela Associação Petrobras de Saúde (APS), associação civil, sem fins lucrativos e inclui programas de prevenção e assistência à saúde. O plano cobre todos os empregados atuais, aposentados e está aberto a novos empregados.

O plano está exposto principalmente ao risco de aumento dos custos médicos devido à inflação, novas tecnologias, novos tipos de cobertura e a um maior nível de utilização de benefícios médicos. A companhia aprimora continuamente a qualidade de seus processos técnicos e administrativos, bem como dos programas de saúde oferecidos aos beneficiários, a fim de mitigar esse risco.

Os empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais para cobertura de procedimentos de alto risco e contribuições variáveis para parcela do custo dos demais procedimentos médicos e odontológicos, ambas com base nas tabelas de contribuição do plano, que são definidas com base em determinados parâmetros, como o salário e níveis de idade. O plano contempla também o auxílio na compra de alguns medicamentos mediante reembolso ou aquisição e entrega em domicílio, com coparticipação dos empregados e aposentados.

O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes. A participação financeira da companhia e dos beneficiários nas despesas é estabelecida no acordo coletivo de trabalho (ACT), sendo, atualmente, 60% (sessenta por cento) pela companhia e 40% (quarenta por cento) pelos participantes.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conforme previsto na cláusula 37 – parágrafo 2º do Acordo Coletivo 2022-2023, caso as Resoluções CGPAR nº 42/2022 e nº 49/2023 venham a ser revogadas ou alteradas, viabilizando ajustes na relação de custeio dos planos de saúde, a companhia e as entidades sindicais, visando deixar o benefício mais atraente e acessível para os beneficiários, se reunirão para implantar nova relação de custeio, de modo a causar menor impacto na remuneração/provento de seus beneficiários (responsáveis financeiros), conforme a relação de custeio historicamente adotada pela Termobahia.

Revisão anual do plano de saúde

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo foi remensurado com as premissas atuariais vigentes cujo resultado está demonstrado no quadro (a) do item 11.3.2 – Valores nas demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos.

Plano de pensão - PP2

O plano de pensão PP2 é administrado pela Fundação Petros, que foi constituída como uma entidade jurídica sem fins lucrativos de direito privado com autonomia administrativa e financeira.

O plano de pensão é regulado pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC que contempla todas as diretrizes e procedimentos a serem adotados pelos planos para sua gestão e relacionamento com as partes interessadas.

A Petros realiza periodicamente avaliações dos planos em cumprimento a norma vigente de previdência complementar e, quando aplicável, estabelece medidas com objetivo de oferecer sustentabilidade ao plano.

Os planos de pensão complementam a renda de seus participantes durante a aposentadoria, além de garantir uma pensão por morte aos seus beneficiários. O benefício consiste em uma renda mensal complementar ao benefício concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A tabela a seguir fornece outras características desse plano:

Plano de	Pensão	 Petros 	2 (PP2)
----------	--------	----------------------------	---------

Modalidade	Contribuição Variável (parcela BD + parcela CD)
Participantes do plano	Este Plano foi implementado em 2010, abrangendo os empregados.
Novas inscrições	Aberto
Pagamentos de aposentadoria	Pagamentos mensais de benefício definido ao longo da vida ou pagamentos mensais de benefício não definido de acordo com a opção exercida pelo participante.
Outros benefícios gerais	Benefício global por morte (capital segurado) e pagamentos mensais relacionados aos seguintes eventos: morte, invalidez, doença e reclusão.
Indexação de pagamentos de aposentadoria pelo plano	Pagamentos mensais vitalícios: atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA. Pagamentos mensais de benefício não definido: com base na variação da cota de conta individual.
Contribuições paritárias feitas pelos participantes e pela companhia aos planos	É composto por: i) contribuições normais que cobrem o custo esperado dos planos no longo prazo; e ii) contribuições extraordinárias que cobrem custos adicionais, em caso de surgimento de apuração de déficit, conforme previsto no regulamento para a parcela de benefício definido do plano.

Revisão anual dos planos de pensão

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos foram remensurados com as premissas atuariais vigentes cujos resultados estão demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11.3.2. Valores nas demonstrações financeiras da Termobahia relacionados a planos de benefícios definidos

a) Movimentação das obrigações reconhecidas no balanço patrimonial

Representa a obrigação da companhia, líquida dos ativos garantidores e descontada a valor presente, calculada de acordo com a metodologia estabelecida no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, que diverge das práticas contábeis e atuariais adotadas pelos fundos de pensão regulados pelo CNPC.

A movimentação das obrigações com planos de pensão e saúde com característica de benefício definido está representada a seguir:

			2023			2022
	•	Plano de			Plano de	
	Plano de	Saúde -		Plano de	Saúde -	
	Pensão -	Saúde		Pensão -	Saúde	
	PP2	Petrobras	Total	PP2	Petrobras	Total
Valores reconhecidos no balanço patrimonial						
Valor presente das obrigações (VPO)	1.883	12.151	14.034	1.476	6.861	8.337
Valor Justo dos Ativos do Plano (VJA)	(104)	-	(104)	(139)	-	(139)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	1.779	12.151	13.930	1.337	6.861	8.198
Movimentação do passivo atuarial líquido Saldo em 1º de janeiro	1.337	6.861	- 8.198	1.806	5.205	7.011
Reconhecido no resultado - despesas	198	2.249	2.447	261	1.628	1.889
Custo do serviço corrente	38	1.429	1.467	67	1.072	1.139
Custo dos juros líquidos	160	820	980	194	556	750
Reconhecido no PL - outros resultados	347	3.041	3.388	(730)	28	(702)
Perdas (ganhos) de remensuração	347	3.041	3.388	(730)	28	(702)
Efeito caixa	(103)	-	(103)	-	-	-
Pagamento de contribuições	(103)	-	(103)	-	-	-
Saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro	1.779	12.151	13.930	1.337	6.861	8.198

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Movimentação do valor presente da obrigação (VPO)

			2023			2022
		Plano de			Plano de	
	Plano de	Saúde -		Plano de	Saúde -	
	Pensão -	Saúde		Pensão -	Saúde	
	PP2	Petrobras	Total	PP2	Petrobras	Total
Movimentação						
Valor presente das obrigações no início do						
exercício	1.476	6.861	8.337	1.918	5.205	7.123
Reconhecido no resultado	213	2.249	2.462	272	1.628	1.900
Custo dos juros	175	820	995	205	556	761
Custo do serviço	38	1.429	1.467	67	1.072	1.139
Reconhecido no PL - outros resultados	160	3.041	3.201	(714)	28	(686)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais -						
experiência	(669)	(847)	(1.515)	(224)	(1.064)	(1.288)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais -						
hipóteses demográficas	(1)	10	9	56	(102)	(46)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais -						
hipóteses financeiras	830	3.877	4.707	(546)	1.194	648
Outros	34	-	34	-	-	-
Contribuições de participantes	34	-	34	-	-	-
Valor presente das obrigações no final do						
exercício	1.883	12.151	14.034	1.476	6.861	8.337

c) Movimentação do valor justo dos ativos (VJA)

No plano PP2, a maior parte dos participantes está na fase de acumulação de patrimônio.

A evolução do ativo garantidor reflete essa característica do plano, sendo resultado da entrada das contribuições e do resgate de patrimônio para pagamento de benefícios, além da influência da rentabilidade dos investimentos dos ativos.

		Plano de Saúde - Saúde	2023		Plano de Saúde - Saúde	2022
	Plano de Pensão -			Plano de Pensão -		
	PP2	Petrobras	Total	PP2	Petrobras	Total
Movimentação						
Valor justo dos ativos do plano no início do						
exercício	(139)	-	(139)	(112)	-	(112)
Reconhecido no resultado - despesas	(15)	-	(15)	(11)	-	(11)
Receita de juros	(15)	-	(15)	(11)	-	(11)
Reconhecido no PL - outros resultados	187	-	187	(16)	-	(16)
Remensuração: Retorno sobre os Ativos						
maior/(menor) que a Taxa de Desconto	187	-	187	(16)	-	(16)
Outros	(137)	-	(137)	-	-	-
Contribuições pagas pela empresa	(103)	-	(103)	-	-	-
Contribuições de participantes	(34)	-	(34)	-	<u>-</u>	
Valor justo dos ativos no final do exercício	(104)	-	(104)	(139)	-	(139)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11.3.3. Contribuições

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. Em 2023, a contribuição da companhia para a parcela de contribuição definida do Plano Petros 2 foi de R\$ 261 (R\$ 855 em 2022).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido do PP2, que estava suspensa, desde julho de 2012, foi restabelecida, em abril de 2023, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da consultoria atuarial da Fundação Petros. Dessa forma, uma parcela da contribuição mensal passará a ser destinada à cobertura de risco (pagamento dos benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão, Pecúlio por Morte e as Garantias Mínimas) e reduzirá o saldo da obrigação atuarial conforme as contribuições são efetuadas.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2024 são de R\$ 975, referente a parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2023 é de 13,66 anos.

11.4. Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido

As premissas atuariais financeiras e demográficas significativas usadas para determinar a obrigação de benefício definido são apresentadas na tabela abaixo:

		2023		2022
		Plano de		Plano de
	Plano de	Saúde -	Plano de	Saúde -
	Pensão -	Saúde	Pensão -	Saúde
	PP2	Petrobras	PP2	Petrobras
Taxa nominal de desconto nominal (Real + Inflação) (1)	9,56%	9,56%	11,97%	11,97%
Taxa de crescimento salarial nominal (Real + Inflação) (2)	7,07%	n/a	7,74%	n/a
		13,11% a		9,87% a
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	n/a	3,75%	n/a	3,25%
		Ativos: De		Ativos: De
		acordo com		acordo com
		plano de		plano de
		aposentado		aposentador
	AT-2012,	ria.	AT-2012,	ia.
	feminina,	Assistidos:	feminina,	Assistidos:
	suavizada	EX-PETROS	suavizada	EX-PETROS
Tábua de mortalidade geral	em 10%	2013	em 10%	2013
	Experiência	Experiência	Experiência	Experiência
-4.	Invalidez PP-	Invalidez	Invalidez PP-	Invalidez PP-
Tábua de entrada em invalidez	2 2022	PP-2 2022	2 2022	2 2022
	IAPB-57		IAPB-57	
	forte,		forte,	
	suavizada	AT-49	suavizada	AT-49
Tábua de mortalidade de inválidos	em 30%	masculina	em 30%	masculina
		Masculino:		Masculino:
		56 anos		57 anos
	1ª	Feminino:	1ª	Feminino:
Idade de entrada na aposentadoria	elegibilidade	55 anos	elegibilidade	56 anos

⁽¹⁾ Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 3,90% para 2024 e atingindo 3,75% de 2031 em diante.

As premissas mais significativas estão descritas na nota explicativa 4.1.

⁽²⁾ Taxa de crescimento salarial baseado no plano de cargos e salários.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários conforme nota explicativa 4 - estimativas e julgamentos relevantes.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (entidade realiza diminuição significativa do número de empregados cobertos por plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor do passivo, líquido do ativo de benefício definido.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, de forma paritária ao valor da contribuição normal do empregado, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorrida.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 51.752 está representado por 52.019 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

12.2. Transações de capital

Em face da alteração do modelo contratual da operação celebrado com a Petrobras, no exercício de 2013, foi revertido o saldo de recebíveis do antigo Contrato de Conversão de Energia (R\$ 242.184) e constituído o novo valor dos recebíveis, observando o Contrato de Aluguel da Planta (R\$ 594.213). O montante líquido apurado (R\$ 352.029), abatido dos impostos diferidos (R\$ 96.513), foi registrado como Transação de Capital (R\$ 255.516).

12.3. Destinação do resultado e dividendos

A destinação do lucro líquido do exercício e os dividendos propostos são demonstrados a seguir:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Termobahia	442.820	54.473
Destinação do lucro líquido:		
Reserva legal	-	352
Dividendos propostos do lucro líquido	442.820	54.121
Total da destinação do lucro líquido	442.820	54.473
Dividendos propostos do lucro líquido:		
Dividendos intermediários imputados aos dividendos mínimos	275.044	28.652
Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido	167.776	25.469
Dividendos propostos do lucro líquido	442.820	54.121

12.4. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva legal atingiu o limite de 20% do capital social da companhia.

12.5. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Prática contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Dividendos propostos relativos ao exercício de 2023

A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da companhia, sujeita à aprovação na AGO, é assim demonstrada:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Termobahia	442.820	54.473
Apropriação:		
Reserva legal	-	(352)
Lucro líquido ajustado	442.820	54.121
Dividendos intermediários equivalentes a 62% do lucro ajustado (53% em 2022)	275.044	28.652
Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido	167.776	25.469
Total de dividendos propostos	442.820	54.121

A proposta de remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2023 a ser encaminhada à aprovação da AGO de 2024, no montante de R\$ 442.820, contempla os dividendos intermediários de R\$ 275.044, nos quais foram imputados o dividendo mínimo obrigatório, além de dividendos adicionais de R\$ 167.776, oriundos da parcela remanescente do lucro líquido do exercício.

Antecipação de remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2023

Em 21 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração deliberou sobre o pagamento de antecipações de remuneração aos acionistas no montante de R\$ 274.803, com base no resultado do período de janeiro a setembro de 2023, conforme quadro a seguir:

	2023
Dividendos intermediários	274.803
Atualização monetária das antecipações pela Selic	241_
Total dos dividendos intermediários atualizados monetariamente pela Selic	275.044

Dividendos relativos ao exercício de 2022

Em 14 de abril de 2023, a AGO aprovou os dividendos relativos ao exercício de 2022, no valor de R\$ 54.121. Esse valor inclui dividendos intermediários, atualizados monetariamente pela variação da taxa Selic desde a data do pagamento até 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 28.652, e os dividendos complementares de R\$ 25.469 que, em 31 de dezembro de 2022, estava destacado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto.

Os dividendos complementares de R\$ 25.469, atualizados monetariamente pela variação da taxa Selic a partir do encerramento do exercício social, foram pagos integralmente em 27 de maio de 2023, totalizando R\$ 26.291.

Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2023, não há saldo de dividendos a pagar aos acionistas da Termobahia.

	2023	2022
Movimentação dos dividendos a pagar		
Saldo inicial	-	-
Dividendos adicionais propostos aprovados na AGO	25.469	12.172
Adição por deliberação do CA (antecipação)	274.803	28.623
Atualização monetária	1.056	492
Pagamento	(301.094)	(41.178)
IRRF sobre a atualização monetária	(234)	(109)
Saldo final	-	-

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12.6. Resultado por ação

	2023	2022
Lucro do exercício atribuível aos acionistas	442.820	54.473
Quantidade de ações	52.019	52.019
Lucro básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	8.512,66	1.047,17

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

Os resultados apurados básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude de a Termobahia não possuir ações potenciais com efeito de diluição.

12.7. Outros resultados abrangentes

A companhia reconhece perda e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

Em 2023, houve alteração nas premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial, conforme nota explicativa 11.3. Dessa forma a companhia reconheceu um ganho líquido de R\$ 3.270 (R\$ 454 em 2022) com a remensuração do seu plano de pensão e assistência médica.

13. Receita de arrendamento

	2023	2022
Receita de arrendamento (i)	642.720	38.697
Receita líquida	642.720	38.697

(i) Em 2023, o aumento decorre do aditivo do contrato de aluguel da UTE Termobahia com a sua controladora, cujo valor presente líquido foi de R\$ 610.000 (nota explicativa 1).

Prática contábil

A receita correspondente aos rendimentos sobre o arrendamento mercantil financeiro é apropriada ao resultado em base mensal, ao longo do prazo do contrato, de acordo com a taxa interna de retorno – TIR, identificada na data inicial do arrendamento.

O contrato de aluguel da Termoelétrica é a atividade exclusiva da companhia, desta forma os rendimentos sobre o arrendamento são apresentados no grupo de receita operacional.

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Despesas por natureza

14.1. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Gastos com pessoal (empregados não cedidos)	(3.667)	(3.433)
Compartilhamento de gastos com a controladora (nota explicativa 9.1)	(3.254)	(3.485)
Serviços de terceiros, aluguéis e outros	(462)	(152)
	(7.383)	(7.070)

14.2. Despesas Tributárias

	2023	2022
PIS/COFINS sobre receitas financeiras - FIDC	(1.789)	(2.647)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras - Outros	(10)	(69)
Outros	(124)	(126)
	(1.923)	(2.842)

15. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2023	2022
Resultado com pessoal cedido	1.035	938
Perdas com processos judiciais e administrativos (i)	(252)	-
Programa de remuneração variável (empregados não cedidos)	(121)	(61)
Participação nos lucros ou resultados (empregados não cedidos)	(340)	(222)
Abono salarial (empregados não cedidos)	(134)	-
Outros	-	108
	188	763

⁽i) Variação em 2023 decorre da reavaliação de probabilidade de perda com processo judicial de natureza cível e fiscal, que anteriormente era classificada como possível.

16. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receitas financeiras	38.491	56.985
Receita com recebíveis de ativos financeiros - FIDC (i)	38.483	56.932
Outros	8	53
Despesas Financeiras	(620)	(2.441)
Despesas com financiamento	(522)	(2.358)
Outros	(98)	(83)
Variações monetárias, líquidas	416	(1.764)
Atualização monetária de financiamento (ii)	471	(2.324)
Atualização monetária de dividendos	(815)	(463)
Atualização monetária de impostos a recuperar	724	990
Outros	36	33
Total	38.287	52.780

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (i) Redução decorrente do menor saldo do FIDC, em função, principalmente, do pagamento da redução do capital social em dezembro de 2022.
- (ii) Redução da despesa de atualização monetária sobre as debêntures com a Petros (R\$ 3.210 mil), tendo em vista a liquidação do contrato de financiamento em setembro de 2023 (nota explicativa 8).

17. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2023	2022
Valores pagos durante o exercício		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	2.640	2.141

18. Processos judiciais e contingências

18.1. Processos provisionados

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. A principal ação se refere a:

• Processo cível: pleitos envolvendo contratos.

Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo não circulante	31.12.2023	31.12.2022	
Processo cível	17	<u>-</u>	
Total	17	-	
	2023	2022	
Saldo inicial		-	
Adição	16	-	
Atualização financeira	1	<u>-</u>	
Saldo final	17	-	

18.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e podem ser exigidos independentemente da probabilidade de perdas dos processos:

Ativo não circulante	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	119	116
Fiscais	358	324
Total	477	440
	2023	2022
Saldo inicial	440	400
Adição, líquida de reversão	(8)	-
Atualização financeira	45	40
Saldo final	477	440

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

Descrição dos processos

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.3. Processos não provisionados

Os processos judiciais, administrativos e arbitrais, que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	31.12.2023	31.12.2022
Fiscais	14.115	9.215
Trabalhistas	6.148	5.588
Cíveis	-	112
	20.263	14.915

18.3.1. Composição dos processos judiciais não provisionados

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista e cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Estimativa

Fiscais	31.12.2023	31.12.2022
Autor: União Federal		
1)Declaração de Compensação - Compensações não homologadas de IRRF		
Situação atual: Manifestação de inconformidade julgada improcedente. Aguardando julgamento do recurso voluntário.	4.975	4.727
2) Ação anulatória de débito fiscal - Compensação de IRRF incidente sobre remessas ao exterior.		
Situação atual: Réplica à contestação apresentada pela Fazenda Nacional. Concluso para julgamento.	4.548	-
3) Declaração de Compensação - Compensações não homologadas de IRRF		
Situação atual: Aguardando diligência determinada pelo CARF.	851	818
4) Declaração de Compensação - Compensações não homologadas de IRRF - Diversos Processos		
Situação atual: Aguardando julgamento da ação nulatória.	3.558	3.428
5) Processos diversos de natureza fiscal	183	242
	14.115	9.215
Trabalhistas	31.12.2023	31.12.2022
1) Cálculo do complemento da Remuneração Mínima por Nível e Regime - RMNR - Diversos Processos		
Situação atual: Em 1º de março de 2024, o processo foi encerrado pelo Superior Tribunal Federal - STF, não reconhecendo o recurso de embargos de declaração oposto pelo reclamante e entidades sindicais.		
A companhia ainda aguarda a publicação da decisão.	5.472	4.970
2) Terceirização		
Situação atual: Encontra-se no Tribunal Regional do Trabalho. Publicada decisão que negou seguimento ao Agravo de Instrumento em Recurso de Revista - AIRR da Termobahia.	640	502
	648	593
3) Terceirização		
Situação Atual: Processo sobrestado por decisão do Tribunal Superior do Trabalho. Aguardando decisão do STF sobre o tema de repercussão geral.	20	25
ao 317 sobile o tema de repercussão geral.	28 6.148	5.588
	0.148	5.588

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Cível	31.12.2023	31.12.2022
1) Contrato de serviço		
Situação atual: Cumprimento de sentença. Processo executado. Baixa pelo pagamento.	-	112
	-	112

Prática contábil

A companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão.

Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação.

A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.2.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2023 e 2022 não foram identificados derivativos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber, líquidas	159.636	121.848
Contas a receber - FIDC	96.486	278.274
	256.123	400.123
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	443.497 477	-
Depósitos judiciais		440
	443.974	440
	700.097	400.563
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	1.111	901
Financiamentos	<u> </u>	18.632
	1.111	19.533
	1.111	19.533

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados.

19.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

19.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

19.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da companhia incorrer em ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para a Petrobras e suas controladas.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19.3.2. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Também é representado por contas a receber do arredamento mercantil (contrato de locação da UTE Termobahia), o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

19.3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

O risco de liquidez da companhia não é significativo e é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

19.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Termobahia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras) Conselho de Administração e Diretoria Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Asabella Carneiro Leão
Isabella Carneiro Leão (11 de março de 2024 09:19 ADT)

Isabella Carneiro Leão Presidente do Conselho de Administração

Paulo Leonardo Marinho Filho
Paulo Leonardo Marinho Filho
Paulo Leonardo Marinho Filho (11 de marco de 2024 0948 ADT)

Leonardo Santos Ferreira
Leonardo Santos Ferreira (11 de março de 2024 09:40 ADT)

Paulo Leonardo Marinho Filho Conselheiro Leonardo Santos Ferreira Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Aline Dias Leonardi
Aline Dias Leonardi (10 de marco de 2024 20:50 ADT)

Aline Dias Leonardi Presidente

Marcelo Ferreira Pelegrini
Marcelo Ferreira Pelegrini (11 de março de 2024 08:17 ADT)

Marcelo Ferreira Pelegrini Diretor Administrativo

Marcos Antonio Gibin de Freitas arcos Antonio Gibin de Freitas (11 de março de 2024 16:32 ADT)

> Marcos Antonio Gibin de Freitas Contador CRC-RJ 089868/O-2

1302950 - 01 - TERMOBAHIA - DFP - 2023_CLIENTE

Relatório de auditoria final 2024-03-11

Criado em: 2024-03-10

Por: Aline Dias Leonardi (aleonardi@petrobras.com.br)

Status: Assinado

ID da transação: CBJCHBCAABAAqSsuuqnMkgFqU_UsHGN8ReRxPuGQHOiN

Histórico de "1302950 - 01 - TERMOBAHIA - DFP - 2023_CLIE NTF"

- Documento criado por Aline Dias Leonardi (aleonardi@petrobras.com.br) 2024-03-10 23:48:38 GMT
- Documento enviado por email para Aline Dias Leonardi (aleonardi@petrobras.com.br) para assinatura 2024-03-10 23:50:00 GMT
- Documento enviado por email para mpelegrini@petrobras.com.br para assinatura 2024-03-10 23:50:00 GMT
- Documento enviado por email para marcos.gibin@petrobras.com.br para assinatura 2024-03-10 23:50:00 GMT
- Documento enviado por email para isabellaleao@petrobras.com.br para assinatura 2024-03-10 23:50:00 GMT
- Documento enviado por email para plmarinho@petrobras.com.br para assinatura 2024-03-10 23:50:00 GMT
- Documento enviado por email para leoferreira@petrobras.com.br para assinatura 2024-03-10 23:50:01 GMT
- Aline Dias Leonardi (aleonardi@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2024-03-10 - 23:50:16 GMT

Documento assinado eletronicamente por Aline Dias Leonardi (aleonardi@petrobras.com.br)

Data da assinatura: 2024-03-10 - 23:50:16 GMT - Fonte da hora: servidor

- Email visualizado por mpelegrini@petrobras.com.br 2024-03-11 11:16:43 GMT
- O signatário mpelegrini@petrobras.com.br inseriu o nome Marcelo Ferreira Pelegrini ao assinar 2024-03-11 11:17:31 GMT
- Marcelo Ferreira Pelegrini (mpelegrini@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2024-03-11 - 11:17:33 GMT

- Documento assinado eletronicamente por Marcelo Ferreira Pelegrini (mpelegrini@petrobras.com.br)

 Data da assinatura: 2024-03-11 11:17:33 GMT Fonte da hora: servidor
- Email visualizado por isabellaleao@petrobras.com.br 2024-03-11 12:18:07 GMT
- O signatário isabellaleao@petrobras.com.br inseriu o nome Isabella Carneiro Leão ao assinar 2024-03-11 12:19:09 GMT
- Isabella Carneiro Leão (isabellaleao@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2024-03-11 - 12:19:11 GMT

- Documento assinado eletronicamente por Isabella Carneiro Leão (isabellaleao@petrobras.com.br)

 Data da assinatura: 2024-03-11 12:19:11 GMT Fonte da hora: servidor
- Email visualizado por leoferreira@petrobras.com.br 2024-03-11 12:37:29 GMT
- O signatário leoferreira@petrobras.com.br inseriu o nome Leonardo Santos Ferreira ao assinar 2024-03-11 12:40:07 GMT
- Leonardo Santos Ferreira (leoferreira@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2024-03-11 - 12:40:09 GMT

- Documento assinado eletronicamente por Leonardo Santos Ferreira (leoferreira@petrobras.com.br)

 Data da assinatura: 2024-03-11 12:40:09 GMT Fonte da hora: servidor
- Email visualizado por plmarinho@petrobras.com.br 2024-03-11 12:47:41 GMT
- O signatário plmarinho@petrobras.com.br inseriu o nome Paulo Leonardo Marinho Filho ao assinar 2024-03-11 12:48:19 GMT

Paulo Leonardo Marinho Filho (plmarinho@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2024-03-11 - 12:48:21 GMT

- Documento assinado eletronicamente por Paulo Leonardo Marinho Filho (plmarinho@petrobras.com.br)

 Data da assinatura: 2024-03-11 12:48:21 GMT Fonte da hora: servidor
- Email visualizado por marcos.gibin@petrobras.com.br 2024-03-11 19:31:13 GMT
- O signatário marcos.gibin@petrobras.com.br inseriu o nome Marcos Antonio Gibin de Freitas ao assinar 2024-03-11 19:32:31 GMT
- Marcos Antonio Gibin de Freitas (marcos.gibin@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2024-03-11 - 19:32:33 GMT

- Documento assinado eletronicamente por Marcos Antonio Gibin de Freitas (marcos.gibin@petrobras.com.br)

 Data da assinatura: 2024-03-11 19:32:33 GMT Fonte da hora: servidor
- Contrato finalizado.
 2024-03-11 19:32:33 GMT